

Alerta Legislação, nº 24, de 11 a 16 junho 2012
Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

	LEGISLAÇÃO FEDERAL
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
15/06/2012	<u>LEI Nº 12.666, DE 14.6.2012</u> Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para autorizar a União a conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado; autoriza a concessão de subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxa de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de álcool combustível; altera a Lei nº 10.453, de 13 de maio de 2002; e dá outras providências. <u>MENSAGEM DE VETO TOTAL Nº 251 DE 14.6.2012</u> Projeto de Lei nº 275, de 2007 (no 1/09 no Senado Federal), que "Estabelece normas de segurança a serem seguidas pelos estabelecimentos que especifica. <u>DECRETO Nº 7.756, DE 14.6.2012</u> Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de produtos de confecções, calçados e artefatos, para fins do disposto no art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. <u>DECRETO Nº 7.755, DE 14.6.2012</u> Cria a Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. - ETAV, especifica o seu capital social e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 7.754, DE 14.6.2012</u> Dispõe sobre a execução, no território nacional da Resolução 2036 (2012), de 22 de fevereiro de 2012, adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas que, entre outras disposições, requer que os Estados adotem as medidas necessárias a impedir a importação de carvão vegetal da Somália. <u>DECRETO Nº 7.753, DE 14.6.2012</u> Dispõe sobre a execução, no território nacional da Resolução 2035 (2012), de 17 de fevereiro de 2012, adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas que, entre outras disposições, prevê alterações no regime de sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas referentes ao Sudão. <u>DECRETO Nº 7.752, DE 14.6.2012</u> Promulga a Constituição da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO, firmada em Quebec, Canadá, em 16 de outubro de 1945, e atualizada por emendas que lhe foram apostas até novembro de 1955.
14/06/2012	<u>LEI Nº 12.665, DE 13.6.2012</u> Dispõe sobre a criação de estrutura permanente para as Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais; cria os respectivos cargos

	de Juízes Federais; e revoga dispositivos da Lei no 10.259, de 12 de julho de 2001. <u>DECRETO Nº 7.751, DE 13.6.2012</u> Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.
11/06/2012	<u>DECRETO Nº 7.750, DE 8.6.2012</u> Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional - REICOMP.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Senado Federal	<u>RESOLUÇÃO SF Nº 15, DE 13.06.2012 - DOU DE 14.06.2012</u> Institui o Prêmio Mérito Ambiental, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal.
Atos do Congresso Nacional	<u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 28, DE 2012</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 566, de 24 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2012, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 706.400.000,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 13 de junho de 2012. Senador JOSÉ SARNEY Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 27, DE 2012</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 565, de 24 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2012, que "Altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, para autorizar o Poder Executivo a instituir linhas de crédito especiais com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste para atender aos setores produtivos rural, industrial, comercial e de serviços dos Municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo federal, e a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, para permitir a ampliação do valor do Auxílio Emergencial Financeiro", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 13 de junho de 2012. Senador JOSÉ SARNEY Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 26, DE 2012</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 557, de 26 de dezembro de 2011, que "Institui o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e

	Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna, autoriza a União a conceder benefício financeiro, altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999" teve seu prazo de vigência encerrado no dia 31 de maio do corrente ano. Congresso Nacional, em 13 de junho de 2012. Senador JOSÉ SARNEY Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL ° 25, DE 2012</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 556, de 23 de dezembro de 2011, que "Altera a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, relativa à contribuição do Plano de Seguridade do Servidor Público, prorroga a vigência do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária, de que trata a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e dá outras providências" teve seu prazo de vigência encerrado no dia 31 de maio do corrente ano. Congresso Nacional, em 13 de junho de 2012. Senador JOSÉ SARNEY Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT)	GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA Nº- 437, DE 14 DE JUNHO DE 2012</u> Publica a atualização da Lista de Bens Sensíveis, referente às substâncias químicas listadas e especificadas na Convenção Internacional sobre a Proibição de Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas Existentes no Mundo (CPAQ), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 2.977, de 1º de março de 1999. <u>PORTARIA Nº 436, DE 14 DE JUNHO DE 2012</u> Estende os controles atinentes ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação aos processos de importação das substâncias químicas listadas e especificadas na Convenção Internacional sobre a Proibição de Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas Existentes no Mundo (CPAQ), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 2.977, de 1º de março de 1999.
Ministério da Fazenda (MF)	GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA Nº 225, DE 13 DE JUNHO DE 2012</u> [...] Art. 1º O reajuste das tarifas dos serviços postais e telegráficos, nacionais e internacionais, prestados exclusivamente pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, deverá observar os limites constantes do Anexo a esta Portaria e o disposto na Portaria MF nº 244, de 25 de março de 2010.
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA Nº- 1.237, DE 14 DE JUNHO DE 2012</u> Define incentivo financeiro para compensação dos fluxos migratórios nos Municípios com impacto direto da implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE-Belo Monte). <u>PORTARIA MS Nº 1.214, DE 13.06.2012 - DOU DE 14.06.2012</u> Institui o Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (QUALIFAR- SUS).
Ministério das Cidades (MCid)	CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO <u>RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 405, DE 12.06.2012</u> Dispõe sobre a fiscalização do tempo de direção do motorista

	profissional de que trata o artigo 67-A, incluído no Código de Transito Brasileiro - CTB, pela Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, e dá outras providências. RESOLUÇÃO Nº- 404, DE 12 DE JUNHO DE 2012 Dispõe sobre padronização dos procedimentos administrativos na lavratura de Auto de Infração, na expedição de notificação de autuação e de notificação de penalidade de multa e de advertência, por infração de responsabilidade de proprietário e de condutor de veículo e da identificação de condutor infrator, e dá outras providências.
Presidência da República	CONSELHO DE GOVERNO (CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR) RESOLUÇÃO CAMEX Nº 36, DE 11.06.2012 - DOU DE 13.06.2012 Altera para 2% (dois por cento), até 31 de dezembro de 2013, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de Ex-tarifários.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
16/06/2012	DECRETO Nº 58.140, DE 15 DE JUNHO DE 2012 Acrescenta os §§ 1º a 12 ao artigo 14 do Decreto nº 54.682, de 13 de agosto de 2009, que regulamenta a Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual DECRETO Nº 58.139, DE 15 DE JUNHO DE 2012 Regulamenta a avaliação especial de desempenho para fins de estágio probatório aos integrantes das carreiras policiais civis, abrangidos pela Lei Complementar nº 1.151, de 25 de outubro de 2011
14/06/2012	DECRETO Nº 58.120, DE 13 DE JUNHO DE 2012 Dá nova redação ao artigo 34 do Decreto nº 32.715, de 14 de junho de 1958, que regulamenta a aplicação da Lei nº 4.477, de 24 de dezembro de 1957, que dispõe sobre o Regime de Tempo Integral
13/06/2012	DECRETO Nº 58.118, DE 12 DE JUNHO DE 2012 Altera o Decreto 51.624, de 28-02-2007, que institui regime especial de tributação pelo Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS para contribuintes da indústria de informática
12/06/2012	LEI COMPLEMENTAR Nº 1.177, DE 11 DE JUNHO DE 2012 Altera a Lei Complementar nº 1.124, de 1º de julho de 2010, que confere personalidade jurídica, como entidade autárquica, ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu - HCFMB, da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho - UNESP DECRETO Nº 58.117, DE 11 DE JUNHO DE 2012 Dá nova redação a dispositivos e substitui o Anexo II do Decreto nº 57.367, de 26 de setembro de 2011, que instituiu o Programa "Ação Educacional Estado/Município/Educação Infantil", visando a fortalecer e ampliar o atendimento de crianças na educação infantil

SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Casa Civil (CC)	GABINETE DO SECRETÁRIO Resolução Conjunta CC/SPDR/SGP-2, de 15 de junho de 2012 Dispõe sobre a fixação de metas e linhas de base para os indicadores globais da Coordenadoria da Administração Tributária - CAT no exercício de 2012, para fins de pagamento da Participação nos Resultados – PR aos Agentes Fiscais de Rendas, instituída pela Lei Complementar nº 1.059, de 18 de setembro de 2008. DOE, Seção 1, 16/06/2012, p. 5 Resolução Conjunta CC/SPDR/SGP-1, de 15 de junho de 2012 Dispõe sobre a definição, e a fixação dos critérios de apuração e avaliação, de indicadores globais da Coordenadoria da Administração Tributária - CAT para fins de pagamento do valor da Participação nos Resultados – PR aos Agentes Fiscais de Rendas, instituída nos termos da Lei Complementar nº 1.059, de 18 de setembro de 2008. DOE, Seção 1, 16/06/2012, p. 3 Resolução Conjunta CC/SGP-7, de 15 de junho de 2012 Dispõe sobre a fixação de metas e linhas de base para os indicadores globais da Secretaria da Fazenda, visando ao pagamento da Bonificação por Resultados - BR aos servidores a que se refere a Lei Complementar nº 1.079, de 17 de dezembro de 2008, no exercício de 2012 DOE, Seção 1, 16/06/2012, p. 3 Resolução Conjunta CC/SGP-6, de 15 de junho de 2012 Dispõe sobre a definição, e os critérios de apuração e avaliação, dos indicadores globais da Secretaria da Fazenda para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR a seus servidores, a que se refere a Lei Complementar nº 1.079, de 17 de dezembro de 2008 DOE, Seção 1, 16/06/2012, p. 3 Resolução Conjunta CC/SGP-5, de 15 de junho de 2012 Dispõe sobre a fixação de metas e linhas de base para os indicadores globais da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR a seus servidores, no exercício de 2012, nos termos da Lei Complementar nº 1.079, de 17 de dezembro de 2008 DOE, Seção 1, 16/06/2012, p. 3 Resolução Conjunta CC/SGP-4, de 15 de junho de 2012 Dispõe sobre a definição, e critérios de apuração e avaliação, dos indicadores globais da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR a seus servidores, nos termos da Lei Complementar nº 1.079, de 17 de dezembro de 2008 DOE, Seção 1, 16/06/2012, p. 1 RESOLUÇÃO CC-71, DE 11-6-2012 Institui Grupo Técnico para propor ações estratégicas que objetivem a efetividade da política de acesso às informações, notadamente a implantação do Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações - SPDoc e dos Serviços de Informações ao Cidadão - SIC DOE, Seção 1, 12/06/2012, p. 4
Defensoria Pública do Estado (DPE)	CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO Plano de Atuação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo Propostas da III Conferência Estadual da Defensoria Pública [...] DOE, Seção 1, 12/06/2012, p. 157

Desenvolvimento Social (SEDS)	CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Deliberação nº 012, de 5-6-2012 Dispõe sobre a Comissão Organizadora para coordenação dos trabalhos do Pleito Eleitoral Complementar, que elegerá representantes da Sociedade Civil para compor o Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo - CONSEAS/SP DOE, Seção 1, 15/06/2012, p. 36 Deliberação CONSEAS/SP nº 005/2012, de 13-3-2012 Com base na Resolução CNAS nº 29, de 1º de novembro de 2011, regulamenta (em âmbito estadual) os procedimentos e estabelece os parâmetros, conforme anexo, para o CONSEAS/SP e os CMAS's representar ao MDS, sobre o descumprimento, por Entidades de Assistência Social certificadas, dos requisitos que deram ensejo à certificação DOE, Seção 1, 13/06/2012, p. 28
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO Retificação do D.O. de 15-6-2012 Na Resolução SE nº 62, de 6.6.2012, republicada em 15.6.2012, onde se lê: nos termos da Resolução SE nº 93, de 12.12.2008, alterada pela Resolução SE nº 5, de 28.1.2011, leia-se: nos termos da Resolução SE nº 5, de 19.1.2012, DOE, Seção 1, 16/06/2012, p. 34 Resolução SE-65, de 15-6-2012 Dispõe sobre transferência de escolas e classes estaduais, objeto da Parceria Educacional Estado/Município, no 2º semestre/2011 e 1º semestre/2012 DOE, Seção 1, 16/06/2012, p. 33 Resolução SE-62, de 6-6-2012 Altera dispositivos da Resolução SE 32, de 26.5.2011, que dispõe sobre a atuação e a movimentação dos integrantes do Quadro de Apoio Escolar – QAE e do Quadro da Secretaria da Educação – QSE, das unidades escolares da rede estadual de ensino, e dá providências correlatas Republicada DOE, Seção 1, 15/06/2012, p. 49 - Republicação Resolução SE 64, de 13-6-2012 Dispõe sobre a regularização de vida escolar de jovens e adultos privados de liberdade, em estabelecimentos penais, e dá providências correlatas DOE, Seção 1, 14/06/2012, p. 28
Emprego e Relações do Trabalho (SERT)	GABINETE DO SECRETÁRIO Edital SERT/PEAD 153/2012 Comunicado de cadastramento para participar do Programa Emergencial de Auxílio Desemprego – PEAD – “Frente de Trabalho”, criado pela Lei Estadual 10.321, de 08-06-1999 e regulamentado pelo Decreto 44.034, de 08-06-1999 e alterado pelos Decretos 44.731, de 28-02-2000, 47.765, de 13-03-2003 e 10.852, de 13-07-2001 e 11.271, de 02-12-2002 e pela Resolução SERT 3, de 16-04-2004, no Município de GUARACI. DOE, Seção 1, 12/06/2012, p. 163
Meio Ambiente (SMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO Resolução SMA-48, de 13-6-2012 Regulamenta o uso de serviços de telefonia móvel (Serviço Móvel

	Celular – SMC) no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo DOE, Seção 1, 14/06/2012, p. 48 Resolução SMA-45, de 11-06-2012 Dispõe sobre a definição da localização da sede dos Núcleos Regionais de Programas e Projetos, e institui as Unidades Regionais de Apoio, no âmbito da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais - CBRN, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente DOE, Seção 1, 12/06/2012, p. 144 Resolução SMA-37, de 05-06-2012 Define as diretrizes para a execução do Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN - Projeto PSA/RPPN, no âmbito do Programa de Remanescentes Florestais DOE, Seção 1, 12/06/2012, p. 142
Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR)	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO Portaria DETRAN N° 721, de 4-6-2012 Relaciona e indica condutores notificados no mês de junho de 2012, consoante exigência prevista na Portaria DETRAN n. 767, de 2006 DOE, Seção 1, 15/06/2012, p. 6 GABINETE DO SECRETÁRIO Resolução SPDR n° 08, 15-6-2012 Estabelece normas relativas à Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar nº1.079, de 17 de dezembro de 2008 DOE, Seção 1, 16/06/2012, p. 9
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
16/06/2012	PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI N° 417, DE 2012 PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO OFÍCIO G-141/2012-DIMA 2.3 PROCESSO N° 77/2001 (Autuação Provisória) [...] Dá nova redação ao inciso X, do parágrafo único, do artigo 2º, da Lei Estadual nº 11.608, de 29 de dezembro de 2003. [...] (Custo para desarquivamento de processos) DO Legislativo, 16/06/2012, p. 15 PROJETO DE LEI N° 416, DE 2012 Revoga a Lei nº 9.994, de 20 de dezembro de 1967, que dispõe sobre a impossibilidade de instituições de assistência social destinadas a recolher menores desamparados, cuja denominação contiver os termos "asilos", "orfanato" ou "abrigo" serem declaradas de utilidade pública nem beneficiadas por auxílio ou subvenção do Estado. DO Legislativo, 16/06/2012, p. 15 PROJETO DE LEI N° 415, DE 2012 Inclui as notas do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) no cômputo das notas dos exames admissionais da Escola Técnica Estadual (ETEC) e da Faculdade de Tecnologia (FATEC), do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (CEETEPS), e dá outras providências. DO Legislativo, 16/06/2012, p. 14

15/06/2012	PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI N° 413, DE 2012 Dispõe sobre a inclusão da laranja in natura no cardápio da merenda escolar da Rede Oficial de Ensino do Estado de São Paulo. DO Legislativo, 15/06/2012, p. 16 PROJETO DE LEI N° 412, DE 2012 Determina que os fabricantes de roupas e calçados, No âmbito do estado de São Paulo, atendam Também as necessidades das pessoas que precisam de tamanhos maiores, na forma que Especifica, e fixa outras providências. DO Legislativo, 15/06/2012, p. 16 PROJETO DE LEI N° 410, DE 2012 "Dispõe sobre a atenção especial do Estado ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, em situação de vulnerabilidade ou risco social, objetivando proporcionar-lhe acolhimento, abrigo diurno, cuidados, proteção e convivência, adequados a suas necessidades, com a criação da Casa Dia dos Idosos". DO Legislativo, 15/06/2012, p. 16 PROJETO DE LEI N° 409, DE 2012 Disponibilização de profissional proficientes na Libras nos estabelecimentos prestadores de serviço público. DO Legislativo, 15/06/2012, p. 15
14/06/2012	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 27, DE 2012 Mensagem A-n° 066/2012, do Senhor Governador do Estado [...] Cria cargos de Defensor Público do Estado, no Quadro da Defensoria Pública do Estado, na forma que especifica. [...] Geraldo Alckmin GOVERNADOR DO ESTADO DO Legislativo, 14/06/2012, p. 28 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 26, DE 2012 Mensagem A-n° 065/2012, do Senhor Governador do Estado [...] Altera a Lei complementar nº 988, de 9 de janeiro de 2006, que organiza a Defensoria Pública do Estado e institui o regime jurídico da carreira de Defensor Público do Estado. [...] Geraldo Alckmin GOVERNADOR DO ESTADO DO Legislativo, 14/06/2012, p. 27 PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI N° 408, DE 2012 Dispõe sobre a regulamentação da atividade de piscicultura, reconhece como atividade de interesse social e econômico e estabelece as condições para o desenvolvimento sustentável da produção piscícola no Estado de São Paulo e dá outras providências. DO Legislativo, 14/06/2012, p. 28 PROJETO DE LEI N° 405, DE 2012 Dispõe sobre a criação de um programa de bandas e fanfarras na Secretaria de Estado da Cultura. DO Legislativo, 14/06/2012, p. 28
13/06/2012	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 25, DE 2012 Mensagem A-n° 064/2012, do Senhor Governador do Estado

	São Paulo, 11 de junho de 2012 Senhor Presidente Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembleia, o incluso projeto de lei complementar que dispõe sobre a reclassificação dos salários dos integrantes da Lei complementar nº 1.044, de 13 de maio de 2008, alterada pela Lei complementar nº 1.148, de 15 de setembro de 2011, e dá providências correlatas [...] DO Legislativo, 13/06/2012, p. 25 PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI Nº 403, DE 2012 Dispõe sobre critérios para a outorga de títulos a Municípios paulistas. DO Legislativo, 13/06/2012, p. 29 TRIBUNAL DE CONTAS COMUNICADO SDG Nº 11/2012 O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO comunica que, em atendimento à Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 2007, tem por obrigação tornar disponível à Justiça Eleitoral, até o dia 05 de julho do ano em que se realizarem as eleições, relação dos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas, de modo que não se faz necessária a expedição de qualquer certidão a esse respeito, lembrando, ainda, que aludida relação será divulgada na página eletrônica deste Tribunal. Saliente-se, por fim, que não cabe ao Tribunal de Contas qualquer juízo acerca da efetiva decretação de inelegibilidade dos responsáveis que tiveram suas contas rejeitadas, eis que, nos termos da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990, alterada pela Lei Complementar Federal nº 135, de 04 de junho de 2010 ("Ficha Limpa"), compete à Justiça Eleitoral conhecer e decidir as arguições de inelegibilidade. SDG, 05 de março de 2012. Sérgio Ciquera Rossi SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DO Legislativo, 13/06/2012, p. 37
12/06/2012	PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI Nº 399, DE 2012 Dispõe sobre a criação de bancos públicos de armazenamento e conservação de cordões umbilicais no estado de São Paulo. DO Legislativo, 12/06/2012, p. 25 PROJETO DE LEI Nº 397, DE 2012 Determina o funcionamento dos semáforos entre as 24:00 e 5:00 horas da manhã, em sistema de alerta, com luz amarela piscante, no âmbito do Estado de São Paulo. DO Legislativo, 12/06/2012, p. 24
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
16/06/2012	LEI Nº 15.578, DE 15 DE JUNHO DE 2012 Altera a redação do "caput" do art. 9º da Lei nº 15.499, de 7 de dezembro de 2011, para estender o prazo de requerimento do Auto de Licença de Funcionamento Condicionado, e dá outras providências. DECRETO Nº 53.215, DE 15 DE JUNHO DE 2012 Autoriza a transferência para a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, em caráter excepcional, até 15 de agosto de 2012, do planejamento e contratação de obras de reforma, adaptação e ampliação de prédios e equipamentos esportivos municipais.

13/06/2012

DECRETO N° 53.191, DE 12 DE JUNHO DE 2012

Reconhece os perímetros, as dimensões e a caracterização de áreas públicas municipais na forma estabelecida pela [Lei nº 14.665, de 8 de janeiro de 2008](#).

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa

mariaisa@sp.gov.br

Casa Civil do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Izabel C. Filgueiras de Almeida - icalmeida@sp.gov.br

Marcelo Conti - mconti@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107.